

11740 - Transição agroecológica no assentamento rural Terra Prometida - Baixada Fluminense/RJ

Agroecological transition in the rural settlement Terra Prometida – Baixada Fluminense/RJ

FONTENELE, Luciana Nogueira¹; SILVA, Carlos Augusto Gouveia da² LAIA, Carlos Vinicius de³; LUSTOSA, Raoni Amaral⁴; SILVA, Gabriel Pereira da⁵; SANTANA, Bianca dos Santos⁶

1 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nf.luciana@yahoo.com.br; 2 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, caveiasilva@yahoo.com.br; 3 Universidade Federal do Rio de Janeiro, cdeblaia@gmail.com; 4 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, raonilustosa@gmail.com; 5 Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade- UFRRJ, [dasilva\(gp@gmail.com](mailto:dasilva(gp@gmail.com); 6 Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, biancas.santana@yahoo.com

Resumo: A consolidação da agricultura ecológica como parte constituinte da matriz tecnológica prioritária da agricultura familiar, e como elemento de elevação da consciência político-organizativa dos trabalhadores rurais perpassa pelo período da transição agroecológica. Desta forma, o presente trabalho objetiva analisar e explanar as ações prioritárias a que se submete esta transição em um assentamento de reforma agrária na Baixada Fluminense – Rio de Janeiro. Para tanto, os eixos norteadores envolvidos nesta análise envolvem manejo agroecológico, comercialização e cooperação.

Palavras-chave: transição agroecológica, assentamento rural, produção, comercialização, cooperação.

Contexto

A transição agroecológica é tema de suma importância no debate relativo à produção em áreas de reforma agrária, visto que implica no embate ao modelo hegemônico agrícola moderno industrial, propondo alternativas mais coerentes à realidade da agricultura familiar.

A realidade dos assentamentos rurais em todo o país encontra desafios em diversos aspectos, em particular à produção, à comercialização e à organização das famílias de trabalhadores rurais. “*Neste início de século XXI a questão agrária recoloca-se no Brasil sob velhos e novos contornos que desafiam pesquisadores e militantes a reinterpretá-la, sem cair na tentação de sucumbir aos novos modismos, nem tampouco fechar os olhos às necessidades teórico-políticas de atualização permanente de nosso olhar acerca da realidade.*”(ALENTEJANO, 2011; p.01)

Desde a implementação da modernização agrícola proveniente da Revolução Verde, os recursos destinados à agricultura familiar não correspondem à amplitude de demandas desta, sendo o agronegócio beneficiado com montantes mais expressivos de financiamento. A estratégia hegemônica no campo “(...) *relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. Isso reforça as estratégias privadas de maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras. Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa.*” (DELGADO, 2010 in CARTER, 2010; p. 81-82)

As condições nas quais o assentamento Terra Prometida, localizado no entorno da reserva biológica do Tinguá, município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, se encontra

atualmente não diferem da maioria dos assentamentos de reforma agrária. Estas impõem limites ao pleno desenvolvimento de instâncias autônomas que possam potencializar processos organizativos e produtivos para o conjunto das famílias agricultoras assentadas.

Somam-se a esta problemática, as fragilidades de cunho ambiental, no que diz respeito à disponibilidade de áreas em condições propícias à moradia, ao uso agrícola e à disponibilidade de recursos. Em especial no âmbito ecológico, a degradação do solo decorrente do uso contínuo da pecuária extensiva anteriormente à regularização do assentamento, contrasta com a Reserva Biológica do Tinguá e sua riqueza de recursos.

A fim de contribuir na superação dos limites organizativos e produtivos, adotou-se o princípio da Agroecologia como viés na orientação e desenvolvimento de estruturação do assentamento. “*Os sistemas de produção agroecológica e particularmente os sistemas agroflorestais são potencializadores da biodiversidade e da diversidade de alimentos. Os agricultores e agricultoras têm desenvolvido ações de intercâmbio de recursos genéticos e troca de sementes, assim como estimulado a produção de mudas de espécies nativas. A valorização dos alimentos regionais e do auto-consumo contribuem para a conservação da biodiversidade e o resgate de cultivos alimentares locais.*”(CARTILHA ANA, 2010)

Considerando que este debate não se restringe apenas sob a ótica da matriz tecnológica, abarcando em sua complexidade aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais, este trabalho sistematiza as ações desenvolvidas no processo de transição agroecológica em área de reforma agrária a partir de três eixos prioritários: manejo, comercialização e cooperação.

Descrição da experiência

A metodologia utilizada pressupõe ampla intervenção das famílias envolvidas, através de atividades quinzenais, onde prioritariamente incluem-se mutirões em uma área experimental coletiva de agrofloresta, chamada Laboratório Agroflorestal. A escolha de tal regime de trabalho otimiza a reflexão sobre os aspectos produtivo, organizativo e das questões referentes à comercialização. A adoção do sistema agroflorestal considera a conservação dos recursos a longo prazo, aliando produtividade e sustentabilidade. O âmbito organizativo se baseia na construção e troca de conhecimentos entre as famílias envolvidas, valorizando e potencializando os conhecimentos da população local relativos à organização social e seus saberes relacionados à conservação dos bens naturais. A consolidação destas ações ocorre fundamentalmente com base em alternativas concretas de comercialização, garantidas por meio da articulação entre consumidores e do estímulo ao mercado local, por meio da venda direta a feiras e redes de consumo assim como ao acesso a políticas públicas de escoamento de produção.

As ações coletivas voltadas para o estímulo e consolidação de técnicas agroecológicas estão fundamentadas nos mutirões quinzenais no Laboratório Agroflorestal, no qual ocorrem debates com relação à soberania alimentar, autonomia local e organização da produção. Considera-se, portanto, esta área também como um importante espaço pedagógico, pois dialoga com a amplitude de temas da agroecologia. Como complemento às atividades realizadas no assentamento, houve a implementação do viveiro agroflorestal, que abastece não só a área experimental, como também outras áreas

produtivas.

Resultados e Discussão

Em virtude da heterogeneidade do assentamento, em seus aspectos culturais, políticos e produtivos, desdobram-se desafios que exigem destreza na condução coletiva de ações, devido à complexidade dos conflitos inerentes ao processo. O envolvimento de cada assentado nas ações coletivas está condicionado às suas especificidades individuais, aos conflitos interpessoais e às pressões externas a que está subjugado o assentamento, destacando-se a questão da pecuária. Vale ressaltar, a existência da insegurança com relação a modelos produtivos alternativos ao ordinário na região, o que impõe andamento vagaroso à transição agroecológica.

Os resultados já alcançados e os planejados a médio e longo prazo baseiam-se em três eixos estratégicos: Manejo agroecológico, comercialização e cooperação.

A partir do estímulo à produção e dos debates com relação ao abastecimento local, houve a formação de diversos canais de comercialização, em dois principais âmbitos: a venda direta e o acesso a políticas públicas. A primeira direciona-se à inserção em feiras e em organizações de consumidores.

A importância da participação no espaço das feiras se dá no momento em que ocorre a valorização da autoestima do produtor, já que o produto é visto com um valor artesanal, diferenciado. A venda dos produtos diretamente ao consumidor reduz a atividade dos atravessadores em curto prazo e visa a médio e longo prazo a independência deste recurso, priorizando então não mais o lucro destes, e sim do agricultor. Há a valorização do mercado local, já que são criados pequenos núcleos de comercialização, fomentando, portanto novas perspectivas para a economia da região. Estes espaços promovem também o contato direto do produtor ao consumidor, permitindo a este conhecer e dialogar com os trabalhadores responsáveis por sua alimentação, favorecendo o estreitamento de ambas as realidades, a consequente valorização do produto e a criação de elos, sendo este o momento final do ciclo de produção.

Além dessa relação com as feiras há também o estímulo à produção para organizações de consumidores, através de compras coletivas, o que amplia o debate com a sociedade a respeito da agroecologia. As redes de consumidores garantem o escoamento da produção através da formação de núcleos de consumo distribuídos pelo município e estimulam uma organicidade interna cada vez maior, não somente quanto à produção, como também da logística geral do assentamento.

No que diz respeito às políticas públicas de aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, as estratégias adotadas têm foco no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, Lei 10696/2003) e a Lei de Alimentação Escolar (Lei 11947/2009), vislumbrando a médio prazo o acesso efetivo a estas políticas.

Ao longo da consolidação das atividades de manejo e comercialização voltadas para agroecologia, constatou-se a relevância da organização de uma instituição jurídica, que viesse corroborar o trabalho desenvolvido. Desse modo, foi criada a Cooperativa de Produção Agroecológica Terra Viva (COOPATERRA), cujos objetivos principais são o

incremento da produção, a garantia de escoamento, a organização do trabalho das famílias envolvidas e a ampliação do acesso a políticas públicas. Como consequência de uma organicidade mais sedimentada, a necessidade da elaboração de projetos coletivos, com intuito de subsidiar as demandas prioritárias e promover a articulação com entidades parceiras torna-se cada vez mais evidente.

O debate em torno da construção de uma casa de sementes crioulas do assentamento é um destes projetos coletivos que aglutinam mais famílias ao desenvolvimento das atividades de agroecologia, gerando discussões a respeito da problemática de agrotóxicos e transgênicos a nível local e com a sociedade, através da participação em feiras de sementes, produção de material audiovisual, e elaboração de atividades pedagógicas. Ademais, é uma ferramenta que abrange a discussão direta e indireta dos três eixos desenvolvidos. O trabalho realizado com as sementes crioulas é fundamental para garantir a autonomia da produção agroecológica, visando a autossuficiência do sistema agroflorestal, reduzindo a dependência de insumos externos e garantindo a viabilidade da produção a longo prazo.

Neste âmbito da cooperação, tende-se a coletivizar progressivamente o planejamento da produção, buscando maior troca de experiências entre os agricultores e a superação dos entraves ao longo do processo. Para atingir tais objetivos, tem-se a proposta da realização de planejamento coletivo de lotes individuais, especificamente para as alternativas de venda direta da produção nas redes de consumidores e feiras.

A construção do conhecimento (agroecológico) nestes espaços de atuação não ocorre de forma unilateral ou através dos fundamentos clássicos de extensão e assistência técnica rural, pois sedimenta-se no diálogo de saberes, utilizando-se dos espaços de cooperação existentes (mutirões, planejamentos) como ferramentas pedagógicas de formação técnica e política. Visitas e articulações com outras experiências agroecológicas contribuem de maneira substancial a estas estratégias tanto a nível comunitário, quanto a nível regional, já que promovem a troca entre diversas realidades, formando redes de conhecimento.

Este conjunto de ações intensifica o caráter pedagógico, que estimula a autonomia dos assentados envolvidos à medida que o trabalho vai sendo construído de forma horizontal, com participação direta das famílias, garantindo a continuidade do processo a longo prazo, sem maior dependência de assistência técnica.

Outrossim, a sistematização desta e de outras experiências em agroecologia, é elemento fundamental na transição pois permite a articulação entre as mesmas, possibilitando maior troca de dados, informações, e ainda a construção de estratégias coletivas em níveis que estão em constante ampliação. A importância do acompanhamento do trabalho se dá também no momento de avaliação crítica do processo, identificando e analisando as fragilidades com objetivo de estruturar e otimizar o planejamento geral.

Agradecimentos

Este trabalho é dedicado às famílias do assentamento Terra Prometida, ao MST e à Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.

Bibliografia Citada

ALENTEJANO, P. **Questão agrária no Brasil atual:** uma abordagem a partir da Geografia. Disponível em: <http://www.pratoslimpos.org.br/wp-content/uploads/2011/06/3-Questão-agrária-no-Brasil-atual-uma-abordagem-a-partir-da-Geografia.doc> Acesso em 03.jun. de 2011.

CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Editora Unesp, 2010.

Cartilha ANA. **Soberania e Segurança Alimentar na Construção da Agroecologia.** Disponível em:
<http://www.agroecologia.org.br/publicacoes/publicacoes/Agroecologia%20e%20SSAN.pdf> acesso em 30.ago. de 2011.